



Joyciane com a filha Betina: bem-estar emocional é prioridade

### Pontos-chave

#### Veja quais são as medidas urgentes para proteger a primeira infância

- » Expandir creches e pré-escola
- » Combater a insegurança alimentar
- » Garantir pré-natal de qualidade
- » Reforçar a vacinação
- » Apoiar famílias
- » Implementar a Política Nacional Integrada da Primeira Infância

## Dados revelam urgência

Mesmo com tantos avanços, os números mostram o tamanho do desafio. A insegurança alimentar atinge um em cada três brasileiros de 0 a 4 anos, comprometendo não só o crescimento físico, mas também o desenvolvimento cerebral. Na educação, 441 mil crianças de 4 a 5 anos não frequentam a pré-escola, etapa obrigatória, e apenas 38% dos pequenos de até 3 anos têm acesso à creche.

Especialistas lembram que a escolha de uma creche ou pré-escola deve levar em conta mais do que localização ou custo. Espaços físicos seguros e estimulantes, educadores preparados para valorizar o brincar, propostas pedagógicas claras e abertura ao diálogo com as famílias são critérios essenciais. A escola precisa ser parceira da família no cuidado e no desenvolvimento integral, respeitando o ritmo de cada criança.

Na saúde, há um retrocesso preocupante: em 20 anos, a cobertura vacinal caiu de 100% para 78%, abrindo espaço para doenças antes controladas. Além disso, mulheres negras ainda têm

menos acesso a pré-natal adequado do que mulheres brancas, um reflexo das desigualdades que começam antes mesmo do nascimento.

### Impacto financeiro

A economia confirma o que a neurociência mostrou. O Nobel James Heckman demonstrou que cada dólar investido na primeira infância gera até sete dólares de retorno em saúde, escolaridade, produtividade e redução da violência. “É na primeira infância que se define o futuro de um país”, resume a psicopedagoga Luciana Brites.

“Investir cedo é a melhor estratégia para combater desigualdades e quebrar o ciclo da pobreza. O país perde seu maior ativo, o potencial humano, quando não prioriza a infância. O resultado são maiores desigualdades, dificuldades escolares, problemas de saúde e custos crescentes em políticas corretivas”, afirma a CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Mariana Luz (**leia a entrevista completa nas páginas 22 e 23**).



Giovana, mãe de Maria, vê o brincar como instrumento poderoso de aprendizagem

### O que diz a lei

#### Prioridade absoluta

A Constituição Federal, no artigo 227, determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança. O Marco Legal da Primeira Infância aprofundou esse compromisso, ao prever apoio à parentalidade, atenção integral à saúde, expansão da educação infantil e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Neste ano, o país deu um passo histórico ao sancionar a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIIPI).